

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: REFLEXÕES SOBRE O CENÁRIO EXCLUSÃO E ABANDONO

*Gilvan Santos de Sousa*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Mônica Clementino de Menezes*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar uma breve análise reflexiva como a Pandemia do COVID-19, tem afetado os discentes da Educação de Jovens e Adultos-EJA bem como discutir quais tem sido os reflexos contraproducentes desse período pandêmico para que os estudantes da referida modalidade continuem aprendendo. No que se refere à metodologia, além de nos subsidiarmos nas obras dos autores que debatem a temática EJA, e educação a exemplo de Haddad e Di Pierro, (2000), Araújo, (2014), Freire, (1997), Libâneo, (2012) dentre outros, bem como buscamos ouvir os atores envolvidos no processo, por entendermos ser de suma importância compreender realidade desses sujeitos, buscando garantir-lhes o direito a voz que vem sendo silenciadas ao longo dos anos e em se acirrado nesse período de pandemia.

**Palavras chave:** Educação e Jovens e Adultos (EJA). Pandemia da COVID-19. Desigualdade.

### Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma breve análise reflexiva sobre como a Pandemia do COVID-19, tem afetado os discentes da educação de jovens e adultos, bem como quais tem sido os reflexos contraproducentes desse período pandêmico para o desenvolvimento da EJA.

Vale ressaltar que, para a um número significativo de educandos provenientes das classes populares, trabalhadores/as, pertencente a grupos étnicos não hegemônicos, a Educação de Jovens e Adultos, configura-se como opção e alternativa para completar os seus estudos nos níveis de Ensino fundamental e Médio, sendo que por distintos motivos estes sujeitos não concluíram seus estudos no tempo regularizado pela legislação educacional brasileira, por essa razão buscam nas escolas noturnas que ofertam a EJA a oportunidade para continuar aprendendo ao longo da vida.

Destarte, esses jovens e adultos motivados pela necessidade de subsistência material própria e de seus familiares buscam inserção no mercado de trabalho, que sob a égide do “capital”, exige cada vez mais, indivíduos criativos, multifacetados, competitivos com um grau de formação acadêmica elevado para atender as reivindicações da sociedade dominada pelo

capital financeiro, que visa somente o lucro e para obtê-lo, subalterniza e explora a classe trabalhadora.

Em contrapartida a escola uma das instituições responsáveis para formação acadêmica dos indivíduos, legítima e reproduz os ideais capitalistas, ofertando um ensino fragmentado, conservador, esvaziado de conhecimento crítico e humanístico que não forma para liberdade e emancipação, mas para a continuidade do adestramento e subserviência. Como destaca por Mészáros (2008, p.25) “[...] os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados.”

É possível perceber que ao longo da história da estruturação da educação no Brasil, os discentes da EJA tem, ocupado um lugar marginal no ensino brasileiro, isto porque, são desrespeitados e invisibilizados pela hierarquias sociais que oprimem e separam os indivíduos de acordo aos ditames da sociedade do lucro, isto tem gerado uma desigualdade educacional absurda entre o ensino diurno e noturno.

Nesse contexto de desigualdade em que se configura a educação para pessoas adultas no país, os estudantes da EJA para afirmar-se enquanto sujeitos de direitos, precisam enfrentar a discriminação de raça/cor, classe econômica e social e gênero e resistir para continuar estudando. E para além dessas mazelas impostas pela sociedade capitalista excludente e desmobilizadora, vivenciam na prática cotidiana o descaso do poder público com esse campo do saber, visto que faltam políticas públicas educacionais para EJA, omissão com os investimentos financeiros, para alicerçar o desenvolvimento de ações, projetos e programas que para EJA que promova um ensino de qualidade com acolhimento a diversidade.

Outro aspecto que nos conduz a refletir quão perversa é a desigualdade atribuída aos estudantes da EJA, é a impossibilidade de acesso e permanência na escola, visto que a maioria dos municípios no Brasil ofertam a educação de jovens e adultos somente no turno noturno, isto impede que os trabalhadores que laboram a noite, tenham acesso a sala de aula para continuar o seu processo de escolarização no diurno.

No que tange a formação dos docentes que atuam na EJA, é quase inexistentes, isto porque não há uma curso de formação inicial docente voltada especialmente para o profissional lecionar na EJA, normalmente o professor busca forma-se ao longo da sua prática. Nota-se que a maioria dos educadores que trabalha nesse campo do saber é o mesmo atua no diurno com crianças, adolescentes, e as vezes utiliza o mesmo método pedagógico para lecionar em ambos campo do saber. Ainda observamos que em dado momento o ensino na educação de jovens e adultos é infantilizado com práticas e ações que divergem do perfil do público atendido, um desrespeito as especificidades da modalidade e dos sujeitos nela inseridos. Distorcendo o que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDBEN Lei nº 9394/96, artigo 37º § 1º:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Mesmo após a promulgação da LDB, que reconheceu a educação de jovens e adultos enquanto uma modalidade do Ensino Fundamental, este campo do saber ainda sofre com os reflexos das desigualdades econômicas, sociais impostas as classes populares no país. Vale destacar que, dentre outros percalços enfrentados pela EJA, dois sobressaem: a fragilidades de um sistema escolar excludente que na maioria das vezes ignora a diversidade existente nos espaços escolares, não oferecem condições de aprendizagem para estes sujeitos. Falta condição de acesso para os jovens e adultos com rege a legislação, visto que a maioria das escolas são distantes dos locais de moradia dos estudantes, pois tem ocorrido um processo de nucleação das escolas que ofertam a EJA em alguns municípios baianos.

No decorrer da construção desse trabalho ficou evidente que as unidades escolares noturnas em sua maioria não são acolhedoras para as mães trabalhadoras que precisam levar os filhos para escola enquanto estudam mesclando a formação acadêmica e o cuidar. Essa e outras reflexões mostram-nos que a escola ainda não busca adequar-se as especificidades do público da EJA.

O direito de aprender é igual para todos/as independentemente de cor/raça, credo religioso, condição socioeconômica, local de moradia, idade, ou outras peculiaridades. Para tanto é importante refletir sobre essas questões porque vivemos em uma sociedade capitalista excludente, na qual as diferenças entre as pessoas se transformam em desigualdades, que estende-se a prática e política educacional.

É perceptível que a desigualdade produzida e legitimada pela escola ao invés de torná-la um lugar de diversidade, transforma-a em um espaço segregacional, contribuindo assim para do fracasso de muitos jovens e adultos que não consegue acompanhar as normas e as exigências desse modelo de escola a serviço do capital e acabam por abandonar descontinuando seu processo de aprender ao longo da vida.

A escola não pode ficar absorta à realidade social do discente, ao contrário, precisa promover uma formação intelectualizada, crítica e política e não somente a preparar o indivíduo para o mundo do trabalho. Assim, é necessário que a escola construa uma proposta educativa voltada aos valores e atitudes em respeito a diversidade e assim, contribua para a construção de escola e de uma sociedade de fato democrática. Para tanto é preciso uma mudança radical de paradigma educacional que colabore tornar os jovens e adultos protagonistas de suas histórias

onde “as mãos, sejam de homens ou de povos, que se estendam menos em gestos de súplica” (FREIRE, 1997:42).

Assim como Libâneo, (2012) entendemos que a além de ensinar a decodificar sinais, a escola e a educação, precisa colaborar para reflexões crítica que possibilite a compreensão da imensa desigualdade social patrocinada por uma ideologia neoliberal, sustentada na meritocracia e na competição, que privilegia um pequeno grupo em detrimento de outros.

Para Martín-Baró, I. (2017), “[...]colocar uma ciência fundamentada em termos individualistas e viciados a serviço da comunidade, só resultaria na reintrodução ou manutenção das necessidades e vivências do homem "capitalista" p.28).

Percebemos que esse pensar educativo contribui para a acirramento das divisões de classes, a manutenção das desigualdades, que avulta ainda mais os preconceitos e disparidade social.

No mesmo diapasão Adorno, 1995, declara:

[...] gostaria de apresentar minha concepção inicial de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar as pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar; mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (ADORNO, 1995, p. 141-142)

Destarte para o autor a escola não deve ter como princípio a simples transmissão de conteúdos cuja objetivo é moldar o sujeito de acordo com a conveniência do sistema capitalista, mas, sobretudo uma prática pedagógica que possa prepara o indivíduo para o processo de emancipação política, “fazendo, cada vez mais, mãos a humanas que trabalhem e transformem o mundo. (FREIRE, 1997:42).

Nesta perspectiva percebemos que são muitos os desafios que os discentes da EJA vem enfrentando ao longo das últimas décadas, diante de um sistema que não responde aos anseios de uma formação integral e não respeita as especificidades étnica, de idade, de classe, de cultura dentre outros fatores, como a formação deficitária e fragmentada de professores que atuam na EJA somada, as duplas jornada de trabalho que gera cansaço e doenças físicas e psicológicas tornando o ensino desmotivador.

Os educandos da EJA enfrentam ainda as dificuldades de acesso e permanência na escola, pois o sistema educacional não oferta as condições de aprendizagem efetiva, mediante a necessidade de trabalhar e estudar os estudantes escolhem a primeira opção, e sem uma

formação adequada, terminam por aceitar subempregos. Assim, todo esse contexto torna-se um desafio para todos os indivíduos inseridos na educação de jovens e adultos, os estudantes, educadores e pesquisadores da temática. Há um processo de marginalização da EJA que contribui para os altos índices evasão, reprovação e abandono e fechamento de escolas no campo e na cidade que ofertam a modalidade de ensino em discussão.

Para além das diversas dificuldades vivenciadas historicamente pelos estudantes da jovens e adultos nos últimos meses, os sujeitos da EJA tem enfrentado mais barreiras em seu caminho, visto que a partir de março de 2020, a educação foi resinificada em todo mundo, devido à crise sanitária provocada pela Pandemia Covid-19 que obrigou a suspensão das aulas presenciais como uma medida de evitar a proliferação da doença entre estudantes de todos os níveis e modalidades. A educação de jovens e adultos e seu público foram impactados diretamente, porque já possuindo um histórico de secundarização e invisibilidades estes viram aumentar o fosso com a exclusão, a desigualdade, e a marginalização. Para os gestores, educadores, e pesquisadores da EJA cresceu a excitação, a indignação pela falta de compromisso do atual governo com a educação pública, que deixou a cargo das escolas que sem e da condição física, financeira e material pouco tem a oferecer de evitar a evasão escolar.

### **A pandemia e o reflexo negativo nas turmas de EJA**

O mundo foi surpreendido no final do ano de 2019 com um surto de infecção respiratória provocada por um conjunto de vírus que causa a doença denominada pela ciência de coronavírus (COVID-19), que espalhou-se rapidamente pelos cinco continentes, causando uma situação de emergência mundial na saúde e impactando outros setores da sociedade como a economia, o emprego, e especialmente a educação pública, que diante da nova realidade, teve que adapta-se mesmo sem as devidas condições estruturais.

O tempo de pandemia pelo Coronavírus (COVID-19) trouxe uma ressignificação para a educação, nunca antes imaginada. A dor causada pela perda de pessoas, o afastamento, o isolamento social, causaram uma desestruturação no sistema regular e presencial de ensino. A crise sanitária está trazendo uma revolução pedagógica para o ensino presencial, a mais forte desde o surgimento da tecnologia contemporânea de informação e de comunicação. (PASINI, CARVALHO, ALMEIDA, 2020, p.2020)

Assim sendo as regiões mais ricas do país, bem como o setor da educação privada tiveram como atender os estudantes, enquanto a educação pública na maioria das regiões mais pobres sem o suporte do governo federal a educação parou gerando mais desigualdade

educacional no país. Para Araújo, (2014, p.137): “A desigualdade no Brasil não se reduz apenas à zona rural e urbana, mas também entre regiões.”

Diante da situação ocasionada pelo vírus (SARS-CoV-2) causador da doença Covid-19, em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde- OMS, declarou que a disseminação comunitária da doença provocada pelo vírus, tinha tomado proporção de Pandemia, e passou a fazer diversas orientações para evitar uma proliferação do vírus e das mortes causada por ele. Para tanto passou-se a recomendar uso de máscara, higienização das mão com álcool em gel e sabão, sanitização dos ambientes que circulam pessoas, isolamento e distanciamento social, na tentativa de conter a contaminação. Tais medidas reassegura o que diz a lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 que “Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.” (BRASIL, 2020).

Assim, orientados pela OMS e os órgãos de saúde internos, diversos países incluindo o Brasil passaram tomar medidas como a diminuição de circulação das pessoas nas ruas, em shopping e lugares que possa causar aglomerações como, clubes, festas, bares e visitação a familiares para coibir a circulação do vírus. Segundo Silva, Neto e Santos, (2020, p.31) a pandemia resinificou as relações sociais entre as pessoas, pois alargou o distanciamento.

As relações sociais foram modificadas e uma nova conduta social emergiu, modificando os comportamentos, as formas de aprendizagem e as relações interpessoais e, conseqüentemente, isso refletiu-se nas estratégias de ensino.

Diante do cenário os mais distintos âmbitos sociais foram obrigados a se reinventar destacamos aqui a educação enquanto um setor que é constituída de relações humanas próximas, assim os estados e os municípios em que foi possível houve uma readequação do ensino em busca de assegurar o vínculo do estudante com a escola, diminuir a evasão e o abandono escolar dando continuidade as atividades pedagógicas em sistema remoto utilizando as diversas plataformas digitais disponíveis no intuito de assegurar o direito de ensino e da aprendizagem para os estudantes. Como disse Freire assumir enquanto ser social, histórico transformador.

(...) Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. (2001, p.46)

No que se refere situação da Educação nesse tempo pandêmico, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), declarou que devido as

medidas de distanciamentos para evitar maior disseminação coronavírus ocorreu uma crise mundial na saúde provocada pela doença Covid-19. Destarte incidiu no encerramento das aulas em diversas instituições acadêmicas e tal fato comprometeu em 90% as aulas dos estudantes do mundo (UNESCO, 2020). O que acarretou em uma série de incerteza acerca do futuro da Educação a partir da Covid-19

O Brasil implementou as primeiras legislações para embasar legalmente o enfrentamento da nova realidade, então veio a suspensão das aulas através da Portaria N.º 343 de 17 de março de 2020, a qual o Ministério da Educação (MEC), autorizou a substituição das aulas presenciais por remotas utilizando os meios digitais (Brasil, 2020a). O Congresso Nacional em 1º abril de 2020, aprovou a Medida Provisória nº 934 estabelecendo normas de organização da educação básica e superior no âmbito do território nacional. (BRASIL, 2020b).

Mediante a legislação federal instituída para orientar o desenvolvimento da educação em âmbito nacional no período pandêmico, os estados e municípios começaram a organizar-se por meios dos seus conselhos que criaram medidas para adequar a educação e suas atividades a esse período pandêmico, em que as aulas presenciais encontravam-se suspensas. No que se refere ao Estado da Bahia o Conselho Estadual de Educação (CEE/BA) publicou a Resolução N.º 27, em 25 de março de 2020 orientando como deveria desenvolver as atividades educacionais no decorrer da Pandemia da Covid-19.

O CEE/BA também, publicou em 18 de maio de 2020 a Resolução N.º 37 que “dispõe sobre as Normas Complementares à Resolução CEE N.º. 27 de 25 de março de 2020.” Essa normativa amplia a possibilidade “de integralização da carga horária mínima de 800 horas do ano letivo, podendo se organizar em séries anuais, períodos semestrais.” Ressaltamos que o Conselho estadual publicou ainda as Resoluções nº 27, 36, 37, 40, 41, 47 e 48, todas no ano de 2020, as quais estabelecem as regras e as orientações às redes da educação básica, e a educação superior estaduais de ensino superior, no âmbito do Estado da Bahia.

Nesse panorama pandêmico provocado pela Covid-19, milhares de estudantes provenientes da classe menos favorecida foram afetados de forma negativa por esse novo cenário, visto que por falta de condições financeira ou por ausência de planejamento alguns municípios suspenderam a aulas e não deram nenhum respaldo acadêmico aos educandos/as, que foram abandonados e excluídos do direito de continuar aprendendo, isto porque com as escolas fechadas o vínculo com a comunidade escolar ficou fragilizado, sendo que alguns desses estudantes são trabalhadores e nesse momento de crise na saúde e de isolamento social perderam seus empregos, ou tiveram seus salários reduzidos o que os impediam de ter acesso aos equipamentos tecnológicos para ter acesso as aulas.

Salientamos que com a suspensão das aulas a educação de jovens e adultos formada por um público que já encontra-se em uma situação histórica marginalizada e secundária se viu diante de um enorme fosso de desigualdade, pois foram abandonados negligenciados. Sendo que muitos educandos já possui um histórico de descontinuidade e desistência se um vínculo com a escola, se distancia cada vez mais desta, fato relatado por ACL, 17 anos, estudante da EJA 8º e 9º anos no município de Porto Seguro que disse: “O fechamento da escola foi muito ruim, pois a gente ficou sem pai, sem mãe, a gente não recebeu nada da escola nem uma cesta básica, nem uma atividade. Fiquei sem nada para fazer em casa, foi chato viu!.” Nota-se nessa narrativa que a estudante sentiu-se abandonada pois a escola, era para ela não somente um espaço para aprendizagem, mas também um local de encontro. Assim como essa aluna EJA, milhares de estudantes ficaram abandonado a própria sorte.

A crise promovida pela covid-19 evidenciou negligência do poder político com a educação. Fato confirmado em reportagem divulgada na Revista Transformação Educacional Criativa-TEC, o pesquisador e executivo Paulo Arns da Cunha, destaca que:

Mais de 1,5 bilhão de alunos e 60,3 milhões de professores de 165 países foram afetados pelo fechamento de escolas devido à pandemia do coronavírus. Nessa crise sem precedentes, de proporção global, educadores e famílias inteiras tiveram que lidar com a imprevisibilidade e, em benefício da vida, (re) aprendemos a ensinar de novas maneiras. Na China, cerca de 240 milhões de crianças e jovens se adaptaram rapidamente ao fechamento das instituições de ensino e passaram a ter aulas remotas em uma escala jamais vista, da educação básica ao ensino superior. Os chineses mostraram que é possível fechar as salas de aula sem parar de aprender. (TEC2020<sup>2</sup>)

É relevante ressaltar que diferente da China que investiu em soluções digitais e recursos tecnológicos para que os estudantes continuassem aprendendo no período da pandemia e assim conseguiu adequar-se à nova realidade com eficiência obtendo resultados positivos no ensino remoto semelhantes ao do presencial.

O Brasil não possui um sistema de educacional comprometido para ofertar condições estruturais e financeiras as escolas, professores e estudantes, para que estes pudessem para dar continuidade ao ensino no período da Pandemia da Covid-19, isto porque a educação oferecida no país é pautada na dualidade, disciplinadora e superficial para a classe popular e formativa para a classe dominante como destaca Prazeres e Batista (2019, p.384) “expõe a existência de uma escola dualista em defesa de um ensino disciplinador e adestrador para os filhos dos trabalhadores e formativa para os filhos das classes dominante.” .

<sup>1</sup> ACL, 17 anos, estudante da I etapa do II Segmento (6º/7º) Entrevista em:05/04/2021.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://ensinotec.com/o-impacto-da-pandemia-na-educacao/>

Esse contexto de desigualdade gera uma série de ausências e impossibilitou o desenvolvimento educacional democrático nesse período de pandemia. Vale destacar que essa falta de compromisso político e a desigualdade social por este gerada evidencia na ausência de formação inicial e continuada na área tecnológica para professores da rede pública, os estados e municípios não possuem estrutura para ofertar aulas em sistema remoto, sendo que a grande maioria dos educandos/as da escola pública não têm acesso a equipamentos como computadores, tablets, celulares de qualidade o que impossibilita o desenvolvimento das aulas em sistema remoto.

Como narrou GS 16 anos aluno do 8º e 9º ano da EJA no município de Porto Seguro Bahia. “Eu acho que a prefeitura não está nem ai para gente, porque em 2020 não teve aula e agora está tendo. A gente ficou sem aulas o ano todo e ninguém fez nada [...] por isso que é ruim estudar a noite ninguém liga”.

Para além da falta de compromisso político falta condição financeira para adquirir materiais de qualidade para que possa ter aulas, nota-se que a maioria dos softwares usados para as aulas *on line* foram construídos para funcionar em equipamentos como computadores, tablets e alguns celulares não comportam, contribuindo para aumentar ainda mais exclusão, pois para grande parte dos estudantes tem acesso a internet somente por meio do telefone móvel. Segundo o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada -IPEA(2020)

“Seis milhões de estudantes brasileiros, da pré-escola à pós-graduação, não dispõem de acesso domiciliar à internet em banda larga ou em rede móvel 3G/4G para acompanhar aulas e outras atividades online. Destes, cerca de 5,8 milhões frequentam instituições públicas de ensino no país” [...] Para 1,8 milhões de alunos que não têm equipamentos, haveria necessidade de distribuir tablets ou celulares com chip de dados. Os que sequer têm acesso ao sinal de internet são 3,2 milhões – para eles, recomenda-se a utilização de kits de TV digital ou apostilas e outros materiais físicos. [...] As estimativas indicam um custo aproximado de R\$ 3,8 bilhões para a aquisição de chips de dados, celulares, tablets e kits de conversão à TV digital, com o objetivo de universalizar o acesso às tecnologias minimamente necessárias a atividades remotas de ensino. Esse montante equivale, por exemplo, a quase três vezes o total destinado em 2020 para a aquisição de livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Compreendemos que a desigualdade educacional no país tornar-se um grande obstáculo para a concretização do ensino remoto, pois impossibilita o acesso e permanência do estudante da rede pública a escola, já que esses não possuem os meios tecnológicos para realizar o acesso e assistir as aulas, fazer pesquisas e interagir com o professor. Enquanto o filho da classe abastarda consegue todas as condições de estudar e construir conhecimento. Para Oliveira (2011, p.332) A distância entre pobres e ricos em nossos pais permanece abismal, comparando-

se com países como Haiti e Tailândia. Essa desigualdade se reflete diretamente na educação.”. B.S, 17 anos, estudante da I etapa do II Segmento (6º/7º) Entrevistado em:05/04/2021, relatou que não participa das aulas remotas porque não tem celular. “Eu acho que vou perder de ano porque não tô assistindo as aulas online, meu celular quebrou, e agora só minha mãe tem celular lá em casa e ela leva pro trabalho<sup>3</sup>.”

Esse relato demonstra que quando esse aluno é da EJA a disparidade de acesso torna-se enorme, pois esse campo do saber é formado por jovens e adultos trabalhadores que não tiveram oportunidade de estudar na infância e adolescência ou foi expulso da escola diurna por não adequasse as regras de uma escola conservadora, bem como possui ingresso restrito aos meios digitais possuindo condições ínfimas de acesso a rede de computadores. RSJ, 15 anos estudante da EJA na rede municipal destacou em entrevista em 05/04/2021. “Meu celular está ruim e não tenho dinheiro para comprar outro, também não tenho internet professora consigo entrar na aula.”

No atual governo composto por um grupo político conservador e subserviente ao capital internacional o que era desigualdade tornou-se um abismo, pois além de minimizar a pandemia causada pela covid-19, reduziu os investimentos na educação pública, e congelou os com direitos sociais básicos por 20 anos passando a dar incentivos e investir na educação privada que somente os filhos dos detentores meios econômicos pode acessar ampliando ainda mais o processo de exclusão social e adestramento dos filhos da classe popular. Preconiza Mészáros, (2008, p. 16) “No reino do capital, a educação é ela mesma uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes dos recursos dos orçamentos públicos.”

De acordo com a análise de Paulo Meyer Nascimento, economista e pesquisador do Ipea “O diagnóstico mostra a necessidade de aprimorar políticas públicas para que esses estudantes permaneçam estudando, mesmo afastados fisicamente do ambiente escolar<sup>4</sup>”, logo é faz se necessário avançar nas políticas que facilitem acesso à internet e aos meios que contribuam para o aprendizado mesmo em tempo de pandemia

Ante o exposto, percebemos que além do fechamento repentino das escolas, principalmente as públicas sofreram com a ausência de estruturas que pudessem dar suporte, tanto para os professores como para alunos, no que tocante a utilização dos recursos tecnológicos, mas quando nos referimos a EJA, cremos que esses problemas tenham se refletido de forma mais latente, principalmente pra os discentes que residem longe dos centros urbanos

<sup>3</sup> B.S de, 17 anos, estudante da I etapa do II Segmento (6º/7º) Entrevista em:05/04/2021.

<sup>4</sup>Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=a](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=a)

e zona s rurais, haja vista que me muitas dessas localidades o acesso a internet e aos meios acima citados é geralmente de qualidade ínfima outras sequer possuem ,ainda tem em alguns casos o discentes sem condição econômica que lhe propicie a aquisição de pacotes de internet ou aparelhos que suportem os programas educacionais

## **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos em tempos de pandemia**

A Educação Brasileira nos diversos momentos históricos foi marcada pela influência da elite da época, que jamais demonstrou interesse de construir um sistema educacional igualitário e democrático para todos os brasileiros, isto porque, fundamentada em uma ideia cultural hegemônica, promoveu também uma cultura de diferença, distinção e a discriminação entre os grupos sociais do país. Embora tenha uma série de conquistas populares em seu histórico, fruto da luta dos mais diversos movimentos sociais, os aspectos negativos como a indiferença e a negação de direito aos sujeitos de diferentes categorias sobressaem ainda no cenário educativo. Para Vieira Pinto (1993, p. 29): “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à imagem de seus interesses.”

Esse contexto educacional contraditório apresenta alguns problemas estruturais e políticos que interferem de forma relevante nos espaços escolares e impactam na estrutura da sociedade, como os altos índices de evasão escolar, as taxas de desistência, especialmente na educação de jovens e adultos e questão que entendemos ter aumentado de formas considerável durante a essa pandemia que afetou os/as estudantes, trabalhadores/as que frequentam a EJA. Sobre essa questões Auriglietti, (2014, afirma:

Os sujeitos que por um motivo ou outro abandonam ou evadem-se da escola farão parte de um grande contingente de cidadãos com má formação educacional, com dificuldades de assumir questões fundamentais de uma vida em sociedade tanto na esfera pessoal, profissional ou no que tange à cidadania. Em âmbito pessoal a baixa escolaridade pode comprometer a consciência de direitos e deveres. Profissionalmente podem encontrar limitações para assumir cargos que exigem formação acadêmica. A baixa escolaridade pode também dificultar ou comprometer a escolha com discernimento de governantes e a compreensão de que podem ter papel importante na estruturação da sociedade (, p. 2).

Nesse momento de pandemia, em que o isolamento social, e o distanciamento entre as pessoas é essencial para preservar a vida, em que as escolas estão fechadas, e o aluno não tem o contado físico com os docentes não existe, faz sentido, investir na educação e em especial dar suporte pedagógico e tecnológico aos estudantes para que estes não sintam-se excluídos e abandonados, essa pode ser uma ação eficaz no combate às desigualdades sociais. Contudo esta

não é a realidade que tem enfrentado os educandos da EJA, muitos tem percebido que seus direitos tem sido negado, essa realidade contradiz o que está explicitado na Constituição Federal que defende uma educação gratuita pública e de qualidade. Ao perguntarmos para a estudante Mary de 18 anos que está matriculada no 8º e 9º ano EJA em uma escola da rede municipal de Porto Seguro sobre o que mudou em sua vida de estudante nesse período de pandemia, a mesma finaliza a resposta como um pergunta.

Essa pandemia dificultou muito nossa vida, embora a gente perceba que os professores tenha boa vontade de explicar as atividades, nem todo os alunos tem acesso à internet, assim nem todos vão conseguir aprender e passar de ano. (pausa) Eu mesma não tenho internet, nem celular, pego as atividades aqui na escola não consigo fazer tudo sem a explicação do professor, principalmente matemática. Como vai ser esse ano pra gente que não pode assistir as aulas porque não tem celular, nem computador? Vai passar sem saber nada diretora? (Mary, entrevistada em: 04/04/2021).<sup>5</sup>

A estudante demonstrava preocupação e indignação com a situação com sua situação e de alguns colegas impossibilitados de acessar as aulas oferecidas de forma remota pela escola. Percebemos que a fala de Mary, evidencia a condição de abandono e exclusão vivenciada por grande parte dos estudantes da educação de jovens e adultos. Muitos até possuem um celular, mas não tem a internet, desempregados/as ou subempregados/as fazem uma escolha entre pagar a internet e alimentar suas famílias, outros estão enfrentando dificuldades até mesmo para ir até as unidades de ensino devido o toque de recolher a escola encerra as atividade as 18h. Como relatou Sr. A.M.J<sup>6</sup>, 48 anos educando do 6º/7º ano EJA entrevistado dia 06/04/2021.

Repare bem eu trabalho do outro lado da balsa, quando tava tendo aula normal eu entrava atrasado na sala, os professores deixavam noite, agora que é só pegar as atividades só chego as 19h30 e a escola já tá fechada por causa dessa doença. (Entrevista em 05/04/2021)

Essa é a realidade de muitos estudantes da EJA no caso de Sr. A.M.J a escola encontrou uma solução deixando as atividades para o vigilante noturno entregar. Acreditamos que o processo educativo não deve ser pensado de forma isolada dos contextos sociais em que os educandos estão inseridos, destarte torna se de suma importância a busca de alternativas ou proposta de enfrentamento, às diversidades que impactam de forma negativa no cotidiana

---

<sup>5</sup> A estudante fez questão de utilizar a abreviatura do seu nome, pois segundo a mesma queria que todos soubessem de sua chateação com essa situação de exclusão dos alunos pobres.

<sup>6</sup> O educando pensou em abandonar a escola porque não tinha como pegar as atividades, embora tenha celular não possui habilidades com a tecnologia para acompanhadas as aulas online.

escolar. Freire (2000, p. 67), declara: “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Nesse contexto de pandemia da covid-19 é muito importante que a escola encontre estratégias para alcançar todos os estudantes visto que a situação atual já é bastante complexa, não cabe a escola aumentar ainda mais esse abismo para os alunos da EJA que já vem sendo secundarizada há décadas. Haddad e Di Pierro (2000, p 108) destacam:

No passado como no presente a educação de jovens e adultos sempre compreendeu um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais.

Entendemos a importância da escola buscar alcançar esse público que vem sendo invisibilizado pelas instâncias governamentais, pelas políticas públicas e algumas vezes pela escola que a serviço do capital, exclui, separa e abandona o aluno a própria sorte. Contudo acreditamos que é possível mudar essa realidade mesmo em tempos de pandemia, pois não basta declarar que a educação transforma se a mesma não é acessada de forma igualitária o por todo os sujeitos que necessitam continuar aprendendo por toda vida.

O reconhecimento do “Direito à educação” e do “Direito a Aprender por Toda a Vida” é, mais do que nunca, uma necessidade: é o direito de ler e de escrever; de questionar e de analisar; de ter acesso a recursos e de desenvolver e praticar habilidades e competências individuais e coletivas. (BRASIL, 1997, p. 93)

Os sujeitos da EJA são brasileiros/as pessoas que não tiveram as condições necessárias de acesso e permeância à escola na infância, ou tiveram que interromper a escolarização por razões impostas pela sociedade capitalista excludente e ao retornar a escola precisam ser acolhidos em sua diversidade especialmente nesse fatídico momento de pandemia em que a educação está fragilidade pelas condições estruturais e de saúde, precisamos unir forças e lutar para que os educando do EJA continuem aprendendo, pois só assim, conseguirão transformar suas vidas de modo significativo.

### **Considerações finais**

A crise sanitária provocada pelo coronavírus que causa a doença covid-19, mudou radicalmente a vida das pessoas no mundo, o alto grau de letalidade da infecção causada por esse vírus que tem sido um desafio para a ciência, ocasionado um colapso na saúde pública brasileira que vem sendo gerida de forma irresponsável pelo atual governo, e com tem provocados muitas mortes

prematuras e impactado em diversos setores da sociedade como a educação, a economia, o lazer, a cultura as relações sociais dentre outros.

Os diversos povos atingidos pela covid-19 estão reaprendendo a viver e relacionar-se uns com os outros. No que tange a educação brasileira tem se tornado um desafios para educadores, estudantes e pesquisadores da área, pois em muitos municípios sem suporte das instâncias públicas as escolas tem caminhado sozinhas na busca de não deixar que os alunos sintam-se abandonados e percam o vínculo com a instituição de ensino.

Ressaltamos entretanto que a escola sozinha sem o apoio de instancias publicas governamentais, pouco pode fazer. Essa realidade foi exposta na entrevista realizada com cinco estudantes dos anos finais do Ensino fundamental do segmento e jovens e adultos, alunos/as de uma escola pública da rede municipal de Porto Seguro, Bahia. OS estudantes evidenciaram uma realidade que já vinha sendo apresentada nas discussões de estudiosos, alunos e professora da EJA. Aa pandemia tem corroborado para mostrar a condição de invisibilidade e marginalização dos estudantes da EJA. Visto que muitos destes não possuem a mínima condição financeira e material para participar das aulas em sistema remoto e embora as escola venham tentando colaborar com os/as educandas/os o esforço pouco tem adiantado pois as estruturas sociais em que estamos vivendo faz com que os estudantes escolham entre alimentar-se ou estudar.

A pandemia vem mostrando quanto o sistema educacional brasileiro é vulnerável, pois a forma como vem sendo desenvolvido a educação nesse tempo de pandemia aumento o fosso da desigualdade educacional, socioeconômica, étnica, de gênero e de sexualidade. Isto porque aqueles/as que encontram-se em situação mais frágil tem sofrido de forma mais agressivo aos efeitos da crise sanitária que avança. Assim na educação de jovens e adultos faz-se preciso repensar esse campo do saber, fazendo de valer o direito a educar-se e aprender ao longo da vida, alicerçar a escola com recursos tecnológicos, internet de qualidade e subsidiar os estudantes com os materiais necessários para continuar aprendendo em tempo de isolamento.

Consideramos que faz-se preciso que haja políticas públicas, ações pedagógicas, programas e projetos para que educação de jovens e adultos transforme essa realidade de exclusão e abandono direitos efetivos, porque somente por meio da educação que emancipa e liberta é possível mudar.

## Referências:

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. **Educação e Desigualdade: A Conjuntura Atual do Ensino Público no Brasil**. REVISTA DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA, Editora Unijuí,

ano 2, n.3, jan./jun. 2014 Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br>. Acessado em: 04 de abr.2021.

BAHIA. Conselho Estadual de Educação (CEE). Resolução n.27. Estabelece as medidas temporárias para o enfrentamento de Emergência em Saúde Pública. Disponível em:. Acesso em: 20/06/2020. BRASIL.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar 2019, 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: Acesso em: 23/05/2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação Portaria N.º 343. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Disponível em: Acesso em: 19/06/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. O que é educação a distância? Disponível em: Acesso em: 23/05/2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CP N° 5/2020 sobre a Reorganização do Calendário Escolar, dispõe sobre a reorganização do Calendário Escolar em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: Acesso em: 20/05/2020.

BRASIL. Medida Provisória N° 934/2020. Normas excepcionais sobre a duração do ano letivo 2020. Disponível em: Acesso em: 10/05/2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. In.: **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago, n° 14, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>:. Acessado em: 22 de março de 2021.

Declaração de Hamburgo de Educação de Adultos, 1997. Disponível em: <http://www.cefetop.edu.br>. Acessado em:09 de abr.2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Das Políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira**. Educ.Soc, Campinas, v.32, n.115, p.332-337, abr.-jun.2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 04 de abr.2021.

PASINI, Carlos Giovanni Delevati; CARVALHO, Élvio de; ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho. **A educação Híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações.** Disponível em: <https://www.ufsm.br>. Acessado em: 08 de abril de 2021.

PRAZERES, Maria Sueli Correa dos. BATISTA, Ilda Gonçalves, **Estado, políticas educacionais e tecnologias frente as demandas do capitalismo contemporâneo.** Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista-Bahia-Brasil, v.15, n. 32, p.378-391, abr./jun.2019.

SILVA, Ellery Henrique Barros da; NETO, Jerônimo Gregório da Silva; SANTOS, Marilde Chaves dos. **Pedagogia da pandemia: reflexões sobre a educação em tempos de isolamento social.** Revista Latino-Americana de Estudos Científico – RELAEC. V. 01, N.04 Jul./Ago. 2020 Publicação contínua. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br>. Acessado em: 05 de abr.2021.

VIERIA PINTO, Álvaro. Sete lições sobre educação de adultos. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco após a COVID-19.** Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: Acesso em: 19/06/2020.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Tailândia, Jomtien, 1990. Publicação UNESCO, 1998.

#### SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

##### **Gilvan dos Santos Sousa**

Mestre pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia PPGED-UESB-Brasil País; E-mail: [gil-uesb@hotmail.com](mailto:gil-uesb@hotmail.com)

##### **Mônica Clementino de Menezes**

Graduada em Sociologia pela UNEB — Mestranda em Educação pelo PPGED/UESB, membro do GEPEMDECC. E-mail: [monica-cmenezes77@hotmail.com](mailto:monica-cmenezes77@hotmail.com)